

ANÁLISE DO EMPREGO DA FORÇA MILITAR PELOS EUA NO PERÍODO PÓS-GUERRA FRIA À LUZ DOS CONCEITOS DE GUERRAS PÓS-MODERNAS

Humberto José Lourenção¹
Luis Eduardo Pombo Celles Cordeiro²

RESUMO

Este texto analisa as campanhas de emprego de força militar que os Estados Unidos da América (EUA) empreenderam entre o término da Guerra Fria e a ocupação do Iraque iniciada em março de 2003. Objetiva-se identificar o pensamento estratégico subjacente a estas campanhas, à luz do conceito de guerra pós-moderna. Sob a denominação guerras pós-moderna, incluímos aqui muitas outras denominações que têm sido desenvolvidas com a evolução do pensamento estratégico, sendo as principais: guerra omnidimensional, guerra irrestrita, guerra de quarta-geração e guerra assimétrica. Todas elas ressaltam a fragmentação e o surgimento de novas ameaças, acompanhadas da quebra do monopólio estatal sobre a aplicação da força coercitiva no Sistema Internacional a partir do crescimento das ameaças bélicas não estatais, como grupos terroristas e guerrilheiros, cujo combate traz um enorme desafio para os exércitos dos Estados nacionais, mesmo estes sendo tecnologicamente mais avançados. Nessa evolução também estão inseridos os estudos de Revolução nos assuntos militares atualmente em curso, sob a sigla RAM ou RMA (*Revolution in military affairs*), a respeito da natureza complexa e do futuro da guerra, que adentrou no debate ocidental ao final do século XX e está ainda se afirmando. Pode-se afirmar que os EUA têm ganhado as batalhas em que se envolveram recentemente, mas estão perdendo as guerras pós-modernas. São vitórias muito insatisfatórias, na medida em que ocorrem só em nível militar, indo na contramão do atual pensamento estratégico que fundamenta a importância dos aspectos psicossociais de uma batalha. Apesar de esses elementos estarem presentes no discurso do próprio governo norte-americano, eles ainda não foram incorporados nas práticas de guerra.

Palavras-chaves: Guerra. Guerras Pós-Modernas. EUA.

¹ Professor Associado III da Academia da Força Aérea (AFA). Professor de Ciência Política do Programa de Mestrado em Ciências Aeroespaciais da Universidade da Força Aérea (UNIFA). Pós-doutorado em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME, 2015).

² Mestrado em Ciências Aeroespaciais pela Universidade da Força Aérea (AFA). Instrutor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica.

INTRODUÇÃO

O presente artigo objetiva analisar as campanhas de emprego de força militar que os Estados Unidos da América (EUA) têm empreendido após o término da Guerra Fria e o pensamento estratégico subjacente, à luz das diferentes concepções de guerra desenvolvidas no mesmo período. A atenção dada às campanhas estadunidenses se justifica em razão de sua liderança militar, pois elas servem de parâmetro para a grande maioria dos Estados nacionais que compõem o Sistema Internacional. A análise busca demonstrar que, não obstante a evolução qualitativa no emprego da força por parte dos Estados Unidos lhes garantirem a supremacia tática e operacional, com vitórias militares importantes, no nível conceitual essa supremacia não tem ocorrido, imputando derrotas no nível conceitual, psicológico e moral, onde as novas guerras denominadas pós-modernas são decididas.

Sob a denominação guerras pós-modernas, incluímos aqui muitas outras denominações que têm sido desenvolvidas com a evolução do pensamento estratégico, sendo as principais: guerra omnidimensional, guerra irrestrita, guerra de quarta-geração e guerra assimétrica. Todas elas ressaltam a fragmentação e o surgimento de novas ameaças, acompanhadas da quebra do monopólio estatal sobre a aplicação da força coercitiva no Sistema Internacional a partir do crescimento das ameaças bélicas não estatais, como grupos terroristas e guerrilheiros, cujo combate traz um enorme desafio para os exércitos dos Estados nacionais, mesmo estes sendo tecnologicamente mais avançados.

Nessa evolução também estão inseridos os estudos de Revolução nos assuntos militares atualmente em curso, sob a sigla RAM ou RMA (*Revolution in military affairs*), a respeito da natureza complexa e do futuro da guerra, que adentrou no debate ocidental ao final do século XX e está ainda se afirmando.

GUERRAS PÓS MODERNAS: REVOLUÇÃO NOS ASSUNTOS MILITARES (RAM), GUERRA DE QUARTA GERAÇÃO (4GW) E IRRESTRITA.

Não obstante seu surgimento ter ocorrido na segunda metade do século XX, quando houve a junção de ogivas nucleares com mísseis

balísticos intercontinentais, viabilizados pela revolução computacional - cujo emprego poderia diminuir drasticamente o tempo de guerra - a denominada Revolução nos Assuntos Militares (RAM) não se restringe à evolução tecnológica de armamentos e equipamentos militares, nem ao modo como são empregados (KAGAN, 2006). Constituído-se um fenômeno complexo, a RAM possui quatro dimensões: tecnológica, organizacional, conceitual e doutrinária. Novos equipamentos demandando novas organizações militares para combater novas ameaças, em um ciclo constante de interdeterminação crescente, têm gerado novas abordagens estratégicas, que constituem a dimensão conceitual da RAM (CORREIA, 2010). As denominadas novas ameaças, presentes na RAM em curso são: terrorismo global, armas de destruição em massa e crime organizado transnacional. Seu combate daria origem a guerras sob novo paradigma, denominadas pós-modernas ou de quarta geração (*Fourth Generation Warfare - 4GW*), nas quais Estados se digladiam contra atores não estatais, caracterizando conflitos assimétricos.

O conceito de 4GW foi desenvolvido na abordagem de Lind (1989), predominantemente em nível tático e, complementarmente, em nível operacional. Ela descreve quatro gerações de guerra cuja sucessão se inicia com a Paz de Westphalia de 1648, obtida pelo tratado que findou a Guerra dos Trinta Anos, a partir do qual o Estado estabeleceu o monopólio da guerra.

Segundo essa abordagem, a primeira geração da guerra moderna, guerra de linha e coluna (*line-and-column*), em que o campo de batalha era ordenado e formal, durou, aproximadamente, entre 1648 e 1860, atingindo seu ápice nas guerras napoleônicas. As guerras da primeira geração caracterizaram-se por serem empreendidas por exércitos nacionais conscritos, contrariamente ao que sucedera no período anterior, quando as guerras eram conduzidas por nobres e mercenários mais ou menos fiéis à coroa, em função da quantidade de ouro recebido em troca. A primeira geração criou uma cultura militar de ordem, porém, em meados do século XIX, o campo de batalha começou a se desordenar, dado que as táticas de linha e coluna, que pressupunham exércitos concentrados, tornaram-se obsoletas. Dessa forma, a cultura da ordem foi ficando cada vez mais incoerente. (LIND, 1989).

A guerra de segunda geração foi desenvolvida no período de 1860 à Primeira Guerra Mundial, quando a utilização da artilharia rapidamente tornou a tática de linha-coluna obsoleta e o campo de batalha tornou-se

desordenado. Nela, cuja doutrina resumida pelos franceses era “a artilharia conquista, a infantaria ocupa”, o poder de fogo era cuidadosamente sincronizado entre carros de combate e artilharia em uma batalha conduzida, onde o comandante agia como um maestro. O objetivo principal era o atrito, e armas e equipamentos foram criados e/ou aperfeiçoados, em especial o canhão, o fuzil e a metralhadora, resultando numa supremacia do fogo sobre o movimento. Preservando a cultura da ordem, o enfoque era voltado para dentro, sobre regras, processos e procedimentos, em que a obediência era mais importante do que a iniciativa (LIND, 1989)³. A guerra era estática e de atrito, em que o atacante “empurrava a linha” e o defensor “segurava a linha”, pois não havia mobilidade para envolver e cercar (PAIVA, 2010, p. 83).

A terceira geração se manifestou soberbamente a partir da II Guerra Mundial, com o desenvolvimento da doutrina *Blitzkrieg* (guerra-relâmpago) do Exército Alemão, que ficou conhecida também como guerra de manobra, baseada na velocidade e surpresa, ao invés do poder de fogo. Agora o objetivo não é mais se aproximar e destruir fisicamente e sim colapsar ou anular as forças inimigas, sob o lema: “*bypass and collapse instead of close in and destroy*” (LIND, 1989). A Guerra de Manobra, ao contrário da Guerra de Atrito, não visa mais o conflito direto, mas sim, busca incapacitar sistematicamente o sistema de combate do oponente, através do alcance de uma posição vantajosa. Ela também se caracteriza pelo emprego da guerra psicológica e por táticas de infiltração na retaguarda do inimigo por seus flancos débeis. O princípio do blitzkrieg foi usado pelos Estados Unidos para alcançar uma rápida vitória sobre o Iraque na Guerra do Golfo de 1991. Além do aspecto tático, a guerra de terceira geração também trouxe mudanças na cultura militar, questionando os valores de disciplina e hierarquia militar; nesse modelo, a iniciativa passou a ser mais importante do que a obediência, bem como a autodisciplina (endógena) frente à disciplina imposta (exógena). O foco no resultado, em detrimento do processo significou creditar iniciativa para o subordinado poder adaptar sua ação e aproveitar eventuais oportunidades.

A quarta geração de guerra compreende as mudanças mais radicais desde a Paz de Westphalia, em que progressivamente as guerras convencionais foram sendo substituídas por guerras irregulares.

³ Pode-se ponderar que ainda hoje essa doutrina está presente no Exército e no Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA, como se pôde observar nas guerras no Afeganistão e no Iraque, porém com a aviação substituindo a artilharia como fonte de poder de fogo.

na guerra de Quarta Geração, o Estado perde o monopólio sobre a guerra e suas Forças Armadas passam a combater oponentes não estatais tais como a al-Qaeda, o Hamas, o Hezbollah, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), o Estado Islâmico, etc., que não seguem as convenções de Genebra. Agora, há pouca diferença entre civis e soldados. A guerra de quarta geração volta a um mundo de culturas, pré-westphaliano, não meramente de países em conflito; assim, a invasão de imigrantes pode ser tão perigosa quanto a invasão de um exército inimigo (LIND, 1989). Corroborando o conceito de 4GW, Van Creveld (1991), afirma que a guerra evoluiu até o ponto em que a teoria de Clausewitz (1996) se tornou obsoleta. Para ele, no futuro, os sistemas convencionais de combate se extinguirão e as guerras se converterão em conflitos de baixa intensidade.

Exemplo emblemático de 4GW, a guerra antiterrorista, na dimensão que tomou após os ataques terroristas de onze de setembro de 2001, define como eixo estratégico a guerra contra um inimigo universal invisível e diluído por todo o planeta, tanto dentro como fora das fronteiras do Estado. Nela já não existem as grandes unidades de combate da ação militar clássica: pelotões, batalhões, brigadas, esquadrões, grupamentos, etc. Em vez delas, o combate é baseado em pequenos grupos de operações especiais e um campo de batalha disperso e não linear, em conflitos prolongados e de baixa intensidade. Nas guerras de quarta geração, enfrentando atores sub-estatais, o Estado não consegue usufruir de sua superioridade bélica, e encontra fortes dificuldades na imposição de uma derrota (ANDERSON, 2013).

Nesse contexto, a denominada Inteligência Cultural, em que o combatente possui recursos culturais, manifesta em habilidades sociointerativas, para se integrar à comunidade local, sob o slogan “tirando o capacete assim que possível”, é altamente valorizada. Segundo o modelo de quarta geração, uma vitória no nível bélico, tático não necessariamente vem acompanhada de vitória no nível estratégico e moral, onde se decide esse modelo de guerra. Mais importante do que identificar como o inimigo combate, é saber quem está lutando e para quê. (VISACRO, 2009).

Confluindo com o entendimento de guerra de quarta dimensão, Liang & Xiangsui (1999) desenvolveram o conceito de Guerra Irrestrita, que também considera que os meios para fazer a guerra transcendem as atividades militares, incorporando as seguintes “guerras”: guerra psicológica; guerra econômica; guerra com armamento usual; guerra radiológica, nuclear ou radioativa; guerra biológica, bacteriológica ou

virótica; guerra cibernética, eletrônica ou informática; e guerra química. Destaca-se a guerra psicológica uma vez que nesse tipo de conflito prioriza-se atingir a moral do adversário. O conceito de Guerra Irrestrita parte do pressuposto realista de que todas as ferramentas e recursos, estatais ou privados, devem ser utilizados pelo Estado, ou considerados como opção, quando ele precisa garantir seus interesses. De acordo com o conceito, na busca por sobreviver a qualquer custo, se preciso for, o Estado deve deixar de lado qualquer lei, tratado ou moral convencionada na comunidade internacional. (LIANG, XIANGSUI, 1999).

Mesmo sem citá-la, Liang & Xiangsui (1999) elaboram um linha de pensamento que inclui a teoria da Pressão Lateral, que procura explicar a relação entre crescimento interno de uma nação e sua atuação no cenário internacional (CHOUCRI, 2012). Segundo a teoria, o aumento das demandas internas de um Estado o impele a procurar meios de suprir as necessidades e anseios de seus cidadãos no exterior e com isso exerce uma “pressão lateral” em determinado nicho de relações: econômico, militar, ecológico, etc. Esse movimento de projeção de poder leva a uma remodelação da conjuntura internacional, na medida em que a projeção de poder de determinado Estado acarreta a diminuição do poder relativo de outro.

Sob a ótica do neo-realismo, o conceito de guerra irrestrita também ressalta a ação de atores não estatais como potencialmente ameaçadores à soberania estatal: empresas transnacionais, *hackers* e *crackers*, investidores globais podem ameaçar a segurança de um Estado, tanto ou até mais que a ação de combatentes explícitos. Por exemplo, a Revolução de Jasmim na Tunísia, iniciada pela auto-imolação de um jovem transmitida e multiplicada pelas redes sociais, mostrou como ações de um indivíduo apoiado por organismos não-estatais podem influenciar a condução política de toda uma Nação (LEÃO, 2013). Nesse cenário, as estratégias estatais de segurança devem compreender esse novo mundo onde corporações, governos e organizações não-governamentais estão cada vez mais interligados e, conseqüentemente, mais suscetíveis a ações uns dos outros. Assim, as bases da defesa nacional devem estar assentadas não somente nas suas forças militares, mas também nos demais agentes influenciadores da política interna e externa, de maneira que a defesa e o ataque possam ser feitos de múltiplas maneiras. Nessa visão, conforme o contexto da ameaça, o uso da força militar pode trazer mais problemas que soluções, particularmente quando a batalha incorpora valores culturais,

sendo veiculada primeiramente na internet e, depois, por outros meios de comunicação. (LIANG, XIANGSUI, 1999).

O fim do milênio foi marcado pelo advento das novas ameaças vistas de forma isolada ou em conjunto: redes transnacionais do crime organizado; tráfico de drogas, de armas e de pessoas; ação de guerrilheiros e terroristas, ideologicamente motivada e potencialmente agravada no caso de acesso a armas de destruição em massa; transações financeiras especulativas e lavagem de ativos; epidemias e impactos ambientais transfronteiriços, incluindo vazamentos no transporte marítimo de petróleo, materiais radiativos e resíduos tóxicos; pobreza e conflitos étnicos ou religiosos originando migrações descontroladas, causadas por guerras civis e também por rearranjos produtivos; ataques à segurança cibernética, normalmente via internet, etc. Todos esses tópicos têm sido “securitizados”, ou seja, incluídos no rol de “*security issues*” tanto no âmbito nacional como no internacional, dessa forma, compondo as denominadas “novas ameaças”.

Para o combate dessas novas ameaças faz-se necessário o uso de um “coquetel de estilos” por parte do Estado nacional, uma miríade de modalidades de emprego baseada em diversas metodologias de guerra, escolhendo e combinando as melhores aplicáveis a cada situação. Tal coquetel inclui várias frentes de combate, tais como: medidas comerciais (barreiras comerciais), financeiras, contra-terroristas, midiáticas, tecnológica (obtendo hegemonia em tecnologias sensíveis), legais (influência em fóruns internacionais), etc. (LIANG, XIANGSUI, 1999).

Por sua complexidade, as novas ameaças carregam consigo um obscurecimento das distinções entre combatentes e não-combatentes, entre ameaças internas e ameaças externas, entre o que é aceitável e abusivo na ação da inteligência estatal. Especificamente o terrorismo, por definição, tende a desrespeitar sistematicamente as regras do direito e dos tratados internacionais, por serem vistas como imposição de Estados poderosos.

Na concepção de guerra irrestrita se ressalta a proposição de que cabe ao Estado e não aos militares definir o tipo de combate ou guerra a ser travada; ou seja, a ação coercitiva do Estado não é exclusividade militar. Além disso, as necessidades devem direcionar os esforços do Estado para possuir as armas que precisa, ao invés do Estado direcionar seus esforços para lutar com as armas que possui. (LIANG, XIANGSUI, 1999).

A estratégia de defesa dos Estados Unidos projeta quatro características prováveis de guerra no futuro: a ênfase no aspecto

cibernético, virtual, extremamente dinâmico, podendo ser operado por inúmeros atores, muitas vezes anonimamente; a precisão, também denominada ação “cirúrgica”; as operações combinadas e as Operações Militares além da Guerra (*Military Operations Other Than War – MOOTW*).

O poder cibernético é único, pois é feito pelo homem, é recente e está sujeito a mudanças tecnológicas ainda mais rápidas do que outros domínios. O conflito extremo na guerra cibernética também é diferente. No mundo físico, os governos têm quase o monopólio do uso da força em larga escala, o defensor tem conhecimento íntimo do terreno, e os ataques terminam devido ao desgaste ou à exaustão. Porém, no mundo virtual, os atores são diversos, às vezes anônimos; a distância física é imaterial e um único ataque virtual é, praticamente, gratuito (UNITED STATES, 2008).

CONCLUSÃO

Com base nos dados acima, pode-se concluir que as transformações ocorridas no modo de se conduzir guerras a partir do onze de setembro têm sido resultado de uma reorganização burocrática, que ocorre no organograma do sistema de defesa, amparada na introdução de novas tecnologias de sistemas de armas, que, por sua vez, inspiram novas táticas de guerra.

Assim percebemos que se na década de 90 as tendências eram preventivas, pois em um mundo unipolar esperava-se que as relações internacionais seriam basicamente definidas com base na visão da única potência mundial sobre o assunto, após 2001 elas se tornaram reativas com foco principal no combate assimétrico, na utilização de tecnologia para diminuir o número de baixas, nas operações militares englobando também ações cívico-sociais com foco nos “corações e mentes” e não somente nos centros de gravidade físicos do inimigo.

Podemos verificar então que a utilização do poder militar como única fonte de instrumento de poder vem sendo repensada, e em muitos casos, redirecionada para a execução de missões visando utilizar o “*soft power*”, gerando mudanças na própria doutrina de Defesa dos EUA.

Um dos exemplos dessa mudança foi a implementação do conceito de aplicação do *soft power* por meio de ações centradas no acrônimo DIME (Diplomatic, Information, Military and Economic) gerando efeitos denominados PIMESII (Political, Military, Economic, Social, Information and Infrastructure). O conjunto de ações pretende gerar seus efeitos por meio de ações que vão além do simples emprego da força militar, realizando

operações militares em ajuda humanitária, ações civico-sociais, socorro em calamidades, etc(...)(HILLSON, 2008).

Essa mudança está diretamente ligada a percepção de que as ameaças estão em evolução e com tendência de crescimento. Um estudo realizado por Geis II *et al* (2014) para a Força Aérea Americana indica o acesso a tecnologias disponibilizado pelo ingresso na era da informação faz que as ameaças ao Estado, anteriormente restritas a outros Estados e/ou a grupos com motivações políticas, ideológicas ou religiosas se multipliquem, na medida em que ações individuais passam a representar uma ameaça real.

Portanto ao se tornarem as ameaças como qualquer indivíduo da Terra com acesso à internet, torna-se impossível utilizar unicamente estratégias baseadas na coerção e na punição por meio da utilização das expressões de poder (DIME), haja vista a capilaridade dos potenciais inimigos, daí a necessidade de medir seus efeitos (PIMESII) na moral da população em foco. Dessa maneira surge então a opção por adotar medidas que visem conquistar os corações e mentes, ao invés de simplesmente forçar uma mudança por meio de ameaças veladas ou reais (GEIS II *et al*, 2014).

Por fim, podemos verificar todas as nuances aqui comentadas presentes na Estratégia Nacional de Defesa dos EUA de 2015, onde está explícito que o uso da força é uma alternativa viável, porém ela não é a única e, de preferência, não deve ser a primeira opção empregada. Também é ressaltada a necessidade de operações conjuntas com aliados para minimizar possíveis desconfiâncias e aumentar a percepção dos EUA como um aliado no combate não somente às ameaças de segurança, mas também em outras áreas como mudanças climáticas e epidemias de saúde (UNITED STATES, 2015).

Essas nuances demonstram portanto a percepção, por parte dos americanos, de que não existe uma mudança que está tornando obsoleta as ameaças antigas. As crises na Ucrânia e na Síria demonstram claramente que o uso da força convencional na disputa de poder entre Estados ainda está longe de ser considerado algo fora de moda. O problema reside então no entendimento de que, além das fermentas tradicionais, torna-se necessário ampliar o escopo de atuação para além das vitórias no campo de batalha para obter também vitórias morais tanto no âmbito da política interna quanto na externa, sem as quais não será mais possível atingir os efeitos finais desejados.

AN ANALYSIS OF THE USE OF MILITARY FORCE BY THE USA AFTER THE COLD WAR IN THE LIGHT OF CONCEPTS OF POST-MODERN WARS

ABSTRACT

This paper analyzes the military force campaigns that the United States of America (USA) undertook between the end of the Cold War and the occupation of Iraq began in March 2003. Our objective is to identify the underlying strategic thinking to these campaigns, under the light of the concept of postmodern war. Under the name postmodern wars, we include here many other denominations that have been developed with the evolution of strategic thinking, to wit: omnidimensional war, unrestricted warfare, the fourth-generation warfare and asymmetrical warfare. They all emphasize the fragmentation and the emergence of new threats, accompanied by the breaking of the state's monopoly on the application of coercive force in the International System from the growth of non-state warfare threats such as terrorist groups and guerrillas, whose fighting poses an enormous challenge for the armies of nation states, even though are technologically advanced. This evolution has also entered the Revolution studies in military affairs currently underway under the symbol RAM or RMA (Revolution in military affairs), about the complex nature and the future of war, which entered the western debate at the end of the twentieth century and it is still claiming. It can be said that the US has won the battles waged recently but are losing the post-modern wars. They are very unsatisfactory victories as they occur only at military level, going against the current strategic thinking, which underlies the importance of the psychosocial aspects of the battle. Although these elements are present in the US government is speech, they have not yet been incorporated into the practices of war.

Key-words: Warfare. Postmodern War. USA.

REFERENCES

ALBERTS, David S. *Information age transformation: getting to a 21st century military*. Washington (DC): CCRP, 1996.

ANDERSON, Gary. "The End of the Peace of Westphalia: Fourth Generation Warfare". *Small Wars Journal*. (2013) Disponível em: <<http://smallwar-sjournal.com/jrnl/art/the-end-of-the-peace-of-westphalia-fourth-generation-warfare>>. Acesso em: 27 out 2015.

CHOUCRI, Nazli. *Cyberpolitics in international relations*. Cambridge: MIT Press, 2012.

CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

CORAM, Robert. Boyd: *The fighter pilot who changed the art of war*. New York: Back Bay Books, 2002.

CORREIA, Pedro J. P. Evolução no pensamento estratégico, revolução nos assuntos militares e estratégia pós-moderna. *Boletim IESM*, Lisboa, 2010.

ESTADOS UNIDOS. Conselho de Segurança Nacional. *The National Security Strategy of the United States of America*. 2002. Disponível em: <<http://www.usa.gov/nsc/nss.html>>. Acesso em: 29 set. 2013.

FRIEDMAN, George. *America's Secret War: Inside the Hidden Worldwide Struggle between America and Its Enemies*. New York: Broadway Books, 2004.

GEIS II, John P.; HAMMOND, Grant T.; FOSTER, Harry A.; HAILES, Theodore C. *Blue Horizons IV Deterrence in the Age of Surprise*. Alabama: Air University Press, 2014.

GRAY, Colin S. *Irregular Enemies and the Essence of Strategy: can the american way of war adapt?* U.S. Army War College; Strategic Studies Institute, 2006. Disponível em: <<http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pubs/download.cfm?q=650>>. Acesso em: 17 mar. 2014.

HERSPRING, Dale R. *Rumsfeld's Wars: the arrogance of power*. Kansas: University Press of Kansas, 2008.

HILLSON, R. *DIME/PMESII requirements project*. 2009. Disponível em: <www.dtic.mil/cgi-bin/GetTRDoc?AD=ADA525056>. Acesso em: 18 out 2015.

KAGAN, Frederick W. *Finding the target: the transformation of american military policy*. New York: Encounter Books, 2006.

KAPLAN, Robert D. *Imperial Grunts: on the ground with the American military*. New York: Vintage Books, 2006.

KELLY, Thomas W. Iraq went from the fourth-largest army in the world to the second-largest army in Iraq in 100 hours. [2006?]. Disponível em: <<http://www.arlingtoncemetery.net/twkelly.htm>>. Acesso em: 01 mar. 2014

LEÃO, Débora. *A Revolução de Jasmim e a criação de uma cultura digital na Tunísia*. 2013. Disponível em: <<http://blog.pucsp.br/culturadigitalri/?p=116>>. Acesso em: 22 out . 2014.

LIANG, Qiao; XIANGSUI, Wang. *Unrestricted warfare*. Beijing, Pla Literature and Arts Publishing House, 1999

LIND, William et al. The Changing Face of War: Into the Fourth Generation. *Marine Corps Gazette*, p. 22 - 26, Oct., 1989.

LIND, William. Compreendendo a Guerra de Quarta Geração. *Military Review*, v. 85, n. 1, jan./fev, p. 12-17, 2005. (Ed. brasileira).

NEIVA FILHO, Ivan Ferreira. Operações baseadas em efeitos. Disponível em: <<http://www.eceme.ensino.eb.br/meiramattos/index.php/RMM/articula/.../82>>. Acesso em: 25 maio 2014

PAIVA, Luiz Eduardo Rocha. Guerras de Quarta Geração ou mais uma falácia travestida de sapiência? In: JOBIM, Nelson; ETCHEGOYEN, Sérgio; ALSINA, João Paulo. *Segurança Internacional: perspectivas brasileiras*. Rio de Janeiro: Editora FGV: 2010.

QUINN, Dennis, J. *The Goldwater-Nichols DOD Reorganization Act: a ten-year retrospective*. Washington, DC: National Defense University Press, 1999.

SMITH, Edward A. *Effects-based operations: applying network-centric warfare in peace, crisis, and war*. Washington, DC: CCRP, 2002.

SMITH, Rupert. *The Utility of Force; the art of war in the modern world*. London: Penguin books, 2006.

TAYLOR, Stan A. The Role of Intelligence in National Security. In: COLLINS, Alan (Coord.). *Contemporary Security Studies*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

ULLMAN, Harlan K.; WADE, James P. *Shock And Awe: achieving rapid dominance*. Washington, DC: National Defense University, 1996.

UNITED STATES. Defense Technical Information Center. Joint Doctrine, *MOOTW: Military Operations other than War*. 1995. Disponível em: <<http://www.dtic.mil/doctrine/jrm/mootw.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2013.

UNITED STATES. Department of Defense. *National Defense Strategy*. 2008. Disponível em: <http://www.defense.gov/news/2008_national_defense_strategy.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2013.

UNITED STATES. Department of Defense. *Sustaining U.S. Global Leadership: Priorities for 21st Century Defense*. 2012. Disponível em: <http://www.defense.gov/news/defense_strategic_guidance.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2013.

UNITED STATES. *The National Security Strategy of the United States of America*. Sept. 2002. Disponível em: <<http://www.usa.gov/nsc/nss.html>>. Acesso em: 29 set. 2013.

UNITED STATES. White House. *National Security Strategy*. 2015. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/sites/default/files/docs/2015_national_security_strategy.pdf>. Acesso em: 18 out. 2015.

VAN CREVELD, Martin. *The transformation of war*. New York: Free Press, 1991.

VISACRO, Alessandro. *Guerra irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história*. São Paulo: Contexto, 2009.

WARDEN III, John A. *The Air Campaign: planning for combat*. McLean: Pergamon-Brassey's, 1989.

WEINBERGER, Caspar W. *The uses of military power*. Washington: National Press Club. 1984. Disponível em: <<http://www.pbs.org/wgbh/pages/frontline/shows/military/force/weinberger.html>>. Acesso em: 25 jan. 2014.

